

**Derrotar o governo,
rejeitar as políticas de direita**



Votar pela mudança e ruptura

Nas eleições de 4 de Outubro, o voto dos trabalhadores deve ser utilizado para derrotar a coligação PSD/CDS-PP e dar um claro sinal de rejeição das políticas seguidas nos últimos 39 anos pelo PS e PSD, apoiados directa ou indirectamente pelo CDS.

Com o nosso voto vamos contribuir para uma efectiva mudança, que abra caminho a uma política de esquerda e soberana, que enfrente o problema da dívida externa, recuse a submissão do País ao grande capital e às potências estrangeiras, aposte no desenvolvimento económico e social, na criação de emprego com direitos e salários dignos, na promoção de serviços públicos de qualidade e respeite os salários, os vínculos e as carreiras profissionais.

A crise não é para todos.
As grandes fortunas
continuaram a aumentar.
Os 25 portugueses mais
ricos possuem 8,5%
da riqueza do País

Perto de 500
mil pessoas, a
maioria jovens
qualificados,
emigraram

O desemprego atinge
mais de um milhão
e 200 mil pessoas.
Só na Administração
Local foram destruídos
30 mil empregos

A dívida pública
representava 96,2%
da riqueza nacional
antes do governo
PSD/CDS-PP.
Hoje ronda os 130% !

As políticas
do governo
fizeram mais
500 mil pobres,
em particular
crianças e idosos

Um terço dos
trabalhadores por
conta de outrem
tem vínculos precários

O valor real dos salários
na Administração Pública
caiu 30 por cento e está
hoje ao nível de 1997

Recuperar o poder de compra repor o vínculo público e as carreiras

As razões do nosso voto

No próximo dia 4 de Outubro, os trabalhadores da Administração Local têm a oportunidade de contribuir para alterar a sua situação social e laboral, derrotando as políticas do PSD/CDS-PP e as do governo anterior do PS que chamaram a troica e subscreveram o tratado de agressão, que reduziram salários, destruíram o vínculo público e o sistema de carreiras, precarizaram o emprego, agravaram a exploração, atacaram os serviços públicos e a autonomia do poder local.

Pelo aumento dos salários e redução de impostos

Exigimos:

- A revogação de todas as normas de redução dos salários nominais.
- O aumento do salário mínimo e a negociação salarial anual, para 600€ em Janeiro de 2016.
- A eliminação da sobretaxa do IRS.
- A reposição dos valores e compensações do trabalho suplementar e outras prestações remuneratórias.
- O descongelamento das progressões.
- A regulamentação do subsídio de penosidade, insalubridade e risco e outros suplementos.
- A actualização da remuneração complementar, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.
- A progressividade do sistema fiscal garantindo que todos pagam impostos segundo a sua capacidade.
- O combate à fuga, fraude e evasão fiscais.

Nas próximas eleições precisamos de contribuir para uma efectiva mudança de políticas, rompendo com 39 anos de ataques aos

Pelo reforço do poder local

Exigimos:

- A criação das regiões administrativas como instrumento democrático de combate às assimetrias regionais.
- O reforço da descentralização de competências com os correspondentes recursos financeiros e meios humanos.
- A recuperação financeira das autarquias e adopção de um regime de financiamento que assegure a justa repartição dos recursos.
- A rejeição da municipalização de funções que incumbem ao Estado nas áreas da Educação e da Saúde, e a defesa do sistema educativo e do serviço nacional de saúde, com acesso universal e gratuito.

Por serviços públicos de qualidade para todos

Exigimos:

- A suspensão dos processos de privatização, concessão e externalização de serviços públicos locais, designadamente nos sectores da água e saneamento, dos resíduos sólidos, parques e jardins públicos.
- A anulação da privatização da EGF e do processo de reestruturação do sector das águas.
- A consagração na legislação do direito à água e ao saneamento como direito humano fundamental.
- A propriedade e gestão públicas dos serviços de água, saneamento e resíduos.
- Uma política de preços e tarifas que assegure o acesso universal aos serviços em condições de igualdade.

direitos laborais e sociais e abrindo caminho a uma verdadeira mudança na governação, no respeito pelos caminhos de Abril, respeitadora dos direitos e interesses dos trabalhadores e orientada para o progresso económico e social do País.
Através do voto prosseguiremos a luta pelas nossas reivindicações.

Pelo emprego estável e com direitos

Exigimos:

- A reposição do regime de vínculos, carreiras e remunerações, assegurando estabilidade de emprego, verdadeiras carreiras, com progressões e promoções e um sistema retributivo adequado.
- A regulamentação das carreiras especiais e dos corpos especiais, pondo fim a injustiças e discriminações que hoje se verificam.
- A publicação dos ACEP garantindo 35 horas para todos, sem banco de horas nem adaptabilidade.
- A manutenção do regime de trabalho nocturno, a partir das 20 horas.
- Um sistema de avaliação que valorize o trabalho.
- A integração nos mapas de pessoal dos municípios dos trabalhadores de empresas alvo de processos de extinção.
- A revogação do regime dos contratos de emprego e inserção e abertura de concursos para a sua integração nas entidades em que prestam serviço.
- A garantia de acesso à formação profissional e o cumprimento efectivo das normas de segurança e saúde nos locais de trabalho.